



Universidade de Brasília

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES

CENTRO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

GISELE CORREA FIALHO DE ALMEIDA

**O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E SUA CONTRIBUIÇÃO COM A
APRENDIZAGEM DOS ALUNOS**

ORIENTADOR(A): ME. OLGA CRISTINA ROCHA DE FREITAS

MONITOR-ORIENTADOR: ME. CRISTIANO DE SOUZA CALISTO

**BRASÍLIA – DF
2014**

GISELE CORREA FIALHO DE ALMEIDA

**O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E SUA CONTRIBUIÇÃO COM A
APRENDIZAGEM DOS ALUNOS**

Monografia apresentada à banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob orientação da Profª. Dra. Olga Cristina Rocha de Freitas e do Prof. Me. Cristiano de Souza Calisto.

BRASÍLIA – DF
2014

GISELE CORREA FIALHO DE ALMEIDA

**O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E SUA CONTRIBUIÇÃO COM A
APRENDIZAGEM DOS ALUNOS**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em
Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Dra. Olga Cristina Rocha de Freitas - UnB/SEEDF
(Orientadora)

Me. Cristiano de Souza Calisto - UnB/SEEDF
(Monitor-orientador)

Me. Eter Cristina Silva Balestíé Peluffo - EAPE/SEEDF
(Examinadora)

Brasília - DF, julho de 2014.

Dedico este trabalho a todos àqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização do mesmo. À minha professora tutora Ana Cristina pelo apoio e incentivo. Aos meus colegas de sala e a minha orientadora Dra Olga Cristina Rocha de Freitas e ao meu monitor- orientador Mestre Cristiano de Souza Calisto.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pelo dom da vida.

Aos meus pais pelo apoio.

Ao meu querido esposo, Anderson, pela compreensão.

Aos meus dois filhos, Guilherme e Gustavo, dádivas de Deus.

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também [...] discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos.

(Paulo Freire)

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Profissionais participantes da pesquisa	38
Gráfico 2 - Gênero dos servidores	38
Gráfico 3 - Nível de escolaridade	39
Gráfico 4 - Jornada de trabalho semanal	39
Gráfico 5 - Tempo de atuação como professor	39
Gráfico 6 - Participação na elaboração do projeto	40
Gráfico 7 - A proposta da instituição prepara o indivíduo para a cidadania	41
Gráfico 8 - Projeto Político Pedagógico está de acordo com a realidade da escola.....	41
Gráfico 9 - Os projetos pedagógicos estão de acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola	42
Gráfico 10 - No dia a dia de sua profissão como educador você encontra dificuldades na sua prática escolar?	44
Gráfico 11 - Você como educador busca contextualizar a teoria-prática e encontrar no fazer pedagógico objeto de reflexão e pesquisa?.....	45
Gráfico 12 - Você acha que o planejamento pode influenciar na sua prática em sala de aula?45	
Gráfico 13 - Você já participou ou participa de cursos de formação continuada?.....	46
Gráfico 14 - Você tem o costume de avaliar a sua prática pedagógica?	46
Gráfico 15 - Você acha que o currículo influencia em sua prática pedagógica?.....	47
Gráfico 16 - Você acha que o Projeto Político Pedagógico influencia na prática do professor e promove a aprendizagem dos alunos?	47

RESUMO

Considerando o Projeto Político Pedagógico como um direito e dever da escola e como um dos desafios para o avanço na organização do trabalho pedagógico, o presente trabalho objetiva discutir a importância do referido projeto na mediação do processo de construção da autonomia no cotidiano escolar. Sob esse ângulo, a reflexão preocupa-se em ressaltar a necessidade da proposta pedagógica orientar e articular-se ao planejamento da escola como um todo, articulando-o com a prática do professor, de modo a formar cidadãos críticos capazes de atuar na sociedade. A pesquisa foi realizada na Escola Classe 415 de Samambaia, objetivando analisar a participação do corpo docente, corpo discente e comunidade na elaboração da proposta pedagógica da Instituição de Ensino. A metodologia escolhida para esta pesquisa, na abordagem do tema, foi a pesquisa qualitativa e foram escolhidos alguns autores como referência.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico, trabalho pedagógico, planejamento.

ABSTRACT

Considering the Political Pedagogical Project as a right and duty of the school and as one of the challenges for advancing the organization of educational work, the present work discusses the importance of this project in mediating the construction of autonomy in school everyday process. From this angle, the reflection is concerned to emphasize the need for pedagogical proposal guide and link to the planning of the school as a whole, linking it with the practice of the teacher, to form critical citizens capable of functioning in society. The survey was conducted in School Class of 415 Fern, aiming to analyze the participation of the faculty, student body and community in drafting of School pedagogical proposal. The methodology chosen for this research, the approach of the issue, qualitative research and some authors were chosen as reference.

Keywords: Political Pedagogical Project, pedagogical work, planning.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.2 JUSTIFICATIVA.....	14
1.3 OBJETIVOS	15
1.3.1 Objetivos gerais	15
1.3.2 Objetivos específicos	15
1.4 PERGUNTA	16
1.5 METODOLOGIA	16
2 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR	17
2.1 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	25
2.2 DESAFIOS DO COTIDIANO, PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E SUA INFLUÊNCIA COM O PLANEJAMENTO DO PROFESSOR.....	27
2.3 A CONSTRUÇÃO COLETIVA DA PROPOSTA PEDAGÓGICA NUMA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA.....	33
3 METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS.....	35
3.1 PASSOS DA PESQUISA	36
3.2 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COORDENADORES ESCOLAR	43
3.3 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES ESCOLAR	48
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	555
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO GERAL	56
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA GESTORES	58
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIOS PARA COORDENADORES	59
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES	60

1 INTRODUÇÃO

A Escola Classe 415 de Samambaia, na qual realizarei o meu projeto de pesquisa, faz parte da Rede Pública de Ensino, pertencendo à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF). Localizada na QR 415/417 Área Especial nº 1 de Samambaia Norte – DF, a escola foi fundada em 23/07/1992 para atender a comunidade que recebeu lotes do governo na época e habitava esse local. Muito carente de infra-estrutura, segurança, saúde e educação, a comunidade local recebeu a escola em caráter provisório, realidade esta que permanece nos dias atuais.

A comunidade é muito carente. A renda familiar varia de um a quatro salários mínimos e muitas famílias são atendidas por programas assistenciais. Os responsáveis, em sua maioria, não participam da vida escolar de seus filhos, deixando a escola como única forma de educação. Existe ainda a falta de apoio da comunidade para com o trabalho dos funcionários da escola; e uma parcela considerável de pessoas enfrentam dificuldades com bebidas alcoólicas e drogas ilícitas.

Com o intuito de atingir uma educação de qualidade na perspectiva da formação ampla do educando, a escola planejou estratégias didático-metodológicas para possibilitar o alcance das metas e objetivos traçados. Segue alguns objetivos institucionais:

- Promover uma educação de qualidade que contemple o educando de forma integral;
- Gerar espaço de ação-reflexão-ação rumo à prática pedagógica eficaz;
- Realizar adaptações curriculares no âmbito da escola, da sala de aula e do aluno com deficiência, individualmente;
- Aprimorar a seleção de procedimentos e instrumentos de avaliação, adequados às adaptações curriculares, necessários ao desenvolvimento da Educação Inclusiva;
- Promover a inclusão em todas as suas vertentes (étnica, cultural, religiosa e de alunos com deficiências);
- Resgatar valores morais e culturais;
- Possibilitar o desenvolvimento de habilidades e ações competentes;
- Desenvolver o respeito aos direitos fundamentais do homem;
- Oportunizar situações que promovam o gosto pela leitura;
- Motivar os alunos para que se tornem leitores e escritores proficientes na perspectiva do letramento;
- Oportunizar um espaço de interação social;

- Fazer da escola um espaço de construção da cidadania e promoção da cultura de paz;
- Inserir a comunidade no contexto escolar;
- Promover parcerias entre docentes, auxiliares de educação, gestores, pais e alunos;
- Avaliar alunos encaminhados e diagnosticar os que apresentam deficiências;
- Buscar parcerias com diversas Entidades/ ONG's e pessoas com intuito de melhorar a qualidade do ensino;
- Socializar os saberes, oportunizando a troca de experiências entre os docentes nas formações contínuas ocorridas no lócus da escola;
- Promover o desenvolvimento das artes cênicas e plásticas, ensino religioso, atividade física e biopsicossocial;
- Ofertar o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência;
- Ofertar o serviço especializado de apoio à aprendizagem;
- Estruturar o Conselho de Segurança e efetivar suas ações;
- Possibilitar a ação efetiva do Conselho Escolar nos diversos segmentos que lhe competem;
- Ofertar o serviço de orientação educacional aos pais, professores e alunos;
- Oferecer aos alunos passeios pedagógicos e visitas direcionadas para vivência das aprendizagens de sala de aula;
- Viabilizar a utilização dos recursos tecnológicos no processo de ensino e aprendizagem;
- Despertar o gosto pelo conhecimento científico por meio de estudos e experiências sistematizadas;
- Oportunizar o desenvolvimento do raciocínio lógico matemático a partir de experiências do cotidiano;
- Disponibilizar aos alunos acesso à literatura infanto-juvenil;
- Associar conteúdos às competências e habilidades propostas pelas Orientações Curriculares do Ensino Fundamental/ Séries Iniciais;
- Administrar os recursos financeiros do PDAF e PDDE utilizando-os de forma idônea para melhoria do bem comum;
- Atender a comunidade com presteza, cumprindo a legislação vigente no que diz respeito a documentação dos alunos matriculados;
- Preparar alimentação destinada aos alunos segundo as normas de higiene e cardápio adotados pela SEE/DF;

- Oferecer serviços de limpeza, segurança e vigilância dentro do espaço escolar;
- Oferecer suporte pedagógico aos docentes nos momentos de coordenação pedagógica;
- Garantir o fluxo de informação entre os níveis central, intermediário e a Instituição;
- Estimular a participação dos docentes nos cursos de formação;
- Oferecer reforço escolar aos alunos com dificuldades pontuais;
- Acompanhar e avaliar o rendimento do pessoal, das propostas pedagógicas e administrativas, visando alcançar o sucesso da Instituição como um todo;
- Avaliar institucionalmente as ações e objetivos desta Proposta Político Pedagógica.

Essas estratégias pedagógicas foram elencadas pelos profissionais de educação conforme as necessidades e dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, com o intuito de promover ao educando a interação com o meio, por meio da mediação do educador. Sob a luz da concepção interacionista, a Proposta Político Pedagógica contempla os seguintes projetos:

- Projeto “Quem canta encanta”. Esse projeto estabelece a estrutura pedagógica de eventos durante o ano letivo de 2014, com temas geradores bimestrais que são os diferentes gêneros musicais. E tem por objetivo utilizar a música como recurso pedagógico na aplicação curricular, promovendo a integração dos alunos, dando-lhes oportunidades de expressar sensações, sentimentos e pensamentos, ampliando assim o seu conhecimento de mundo.
- Projeto do SOE: Regras de convivência, Bullying e Prevenção ao uso de drogas; com o intuito de subsidiar o professor em sua prática pedagógica, oportunizar a reflexão da prática, propiciar o embasamento teórico, oportunizar a troca entre os docentes, propiciar atualização de conhecimentos pedagógicos, construir e avaliar os projetos da escola e orientar alunos e famílias em diferentes temas. Acontecem ainda oficinas pedagógicas para confecção de jogos pedagógicos e afins.
- Projeto Interventivo “Somando Esforços na Educação de Qualidade”. Tem características próprias e, por finalidade, a intervenção pontual nas dificuldades dos educandos que, durante as aulas, não tiveram o rendimento necessário para o processo de aprendizagem. Atende aos alunos com defasagem em idade/série e com defasagem na aprendizagem.
- Projeto Literatura “3º concurso de literatura da Biblioteca Janela para a Vida”. Acontece por meio da Sala de Leitura, sob os cuidados de uma professora readaptada, que recebe alunos de todas as turmas em horários específicos. Nesse momento a

professora da Sala de Leitura, além de orientar os alunos na escolha de livros para leitura posterior, conta histórias para os mesmos e participa de dramatizações diversas na escola com o intuito de envolver os educandos no gosto pela leitura. Tem o intuito de fomentar o interesse dos alunos pela literatura infantil e de gêneros diversos, e de estimular a assiduidade dos estudantes à Sala de Leitura e finaliza com o concurso de literatura com livros escritos pelos frequentadores da Biblioteca, avaliados por uma comissão da IE e uma festa de premiação.

- Projeto “Recreio animado para Socializar”. Tem o intuito de promover uma cultura de paz durante os recreios escolares e as recreações dirigidas, desenvolver o respeito ao colega e às regras de convívio social. Para tanto, materiais lúdicos foram adquiridos pela escola para utilização nesses momentos. Para desenvolver senso de responsabilidade e cuidado com os menores, serão convidados alunos de 4º ano e 5º ano para serem monitores do recreio.

Para suporte na implementação das estratégias adotadas os seguintes recursos materiais foram adquiridos com a verba destinada a esta Instituição, listados abaixo:

- 01 Projetor de Multimídia (Data Show);
- Tela para projeção;
- Retroprojetor;
- Computador conectados à internet, com software para criação multimídia (Visual Class) na sala dos professores para uso exclusivo dos docentes;
- Televisores;
- Caixas de som e um amplificador;
- Microfones;
- Câmera fotográfica digital;
- Pen drive;
- 17 Ventiladores;
- 01 Mimeógrafos;
- 07 Aparelhos de som;
- 02 Aparelhos de DVD;
- 06 Painéis de madeira para exposição de trabalhos;
- Duplicador;
- 03 multifuncionais;
- Impressora;

- Mapas e globos terrestres;
- Acervo de livros de literatura infantil e infanto-juvenil;
- Fantoques;
- Material para recreação dirigida (bolas, cordas, bambolês, damas, elásticos, bingos, totó etc.).

1.1 DEFINIÇÃO DO TEMA E DO TÍTULO

- 1) Tema: Projeto Político Pedagógico
- 2) Título: O Projeto Político Pedagógico e sua contribuição com a aprendizagem dos alunos.

1.2 JUSTIFICATIVA

A Proposta Pedagógica é um instrumento de caráter geral, que apresenta finalidades, concepções e diretrizes do funcionamento da escola, a partir das quais se originam todas as outras ações escolares. E se evidencia, pelo fato de que é relevante a articulação do trabalho pedagógico.

O planejamento no contexto escolar é considerado uma ferramenta importante, não somente para estruturação de uma proposta, como para transformação das ideias em ações e significação da prática pedagógica, na tentativa de evidenciar, como sugere Vasconcellos (2002, p. 21), “um planejamento político, com a participação da equipe escolar em prol de uma prática significativa tanto para o professor quanto para o aluno.” Em palavras mais simples, é a identidade da escola, o retrato da comunidade onde está inserida, estabelecendo ações e caminhos que a escola usará para o ensino de qualidade.

O Projeto Político Pedagógico não deve ser visto apenas como um instrumento burocrático para satisfazer uma exigência legal, mas também visa dar um novo significado à vida e à atuação da escola, na medida em que essa construção se dá a partir da necessidade de estruturar as propostas pedagógicas que norteiam as práticas educacionais.

Nesse sentido, ele deve orientar o trabalho pedagógico e as ações da escola, expressando propósitos e ações a serem desenvolvidos na prática pedagógica, definindo teoria e método que serão utilizados em sala de aula, visando o sucesso na aprendizagem dos alunos – finalidade maior da escola como instituição social.

O Projeto Político Pedagógico é pedagógico por implicar em situações específicas do campo educacional, por tratar de questões referentes à prática docente, do ensino-aprendizagem, da atuação do professor e expressando um compromisso com a melhoria da qualidade do ensino.

Para Vasconcellos (1995, p. 145), o projeto pedagógico pode ser compreendido:

[...] como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a transformação da realidade.

Esse projeto constitui-se, então, em elemento de organização e integração da prática escolar e, à medida que assume um valor de articulador dessa mesma prática, é elemento referencial da caminhada que a escola precisa empreender, na perspectiva de transformação do fazer de seus atores.

O trabalho educativo a ser considerado pelo projeto pedagógico configura-se por meio de uma dialética de continuidade-ruptura, na qual é necessária introdução de elementos novos, visando à obtenção de avanços significativos, a partir da reflexão coletiva das potencialidades de transformação que o trabalho escolar pode oferecer.

Certamente, questões deste alcance não podem deixar de ser consideradas pela escola no processo de construção do seu Projeto Político Pedagógico. Em função disso, a escola precisa levar em conta as múltiplas conexões com que o seu projeto pedagógico mantém com as demandas sociais apresentadas a uma instituição competente, democrática e de qualidade.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivos gerais

Analisar como o Projeto Político Pedagógico da Escola Classe 415 pode contribuir para a aprendizagem dos alunos, formando cidadãos críticos e transformadores da sociedade.

1.3.2 Objetivos específicos

Conhecer a importância do Projeto Político Pedagógico e sua contribuição com a realidade vivenciada pela comunidade.

Aprofundar o conhecimento do Projeto Político Pedagógico e sua relação com a prática do professor em sala de aula e a aprendizagem dos alunos.

Identificar estratégias e ferramentas para que o gestor faça com que o Projeto Político Pedagógico seja norteador da prática pedagógica do professor e interfira no aprendizado dos alunos.

Identificar as dificuldades dos professores em executar e vivenciar a proposta pedagógica contida no Projeto Político Pedagógico da escola.

Analisar como o Projeto Político Pedagógico pode ser um instrumento que promova a aprendizagem dos alunos, formando cidadãos críticos e transformadores da sociedade.

1.4 PERGUNTA

Como o Projeto Político Pedagógico da Escola Classe 415 pode contribuir para o ensino-aprendizagem dos alunos, formando cidadãos agentes e transformadores da sociedade?

1.5 METODOLOGIA

O ponto de partida foi a pesquisa bibliográfica que serviu de fonte para a pesquisa de campo, permitindo analisar e comparar as ideias de vários autores. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa; de caráter exploratório e direcionada, permitindo obter dados descritivos, além de ter um contato direto e interativo do pesquisador com a situação real (objeto de estudo).

2 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR

No contexto da nova ordem mundial e da velocidade das transformações enfrentadas pela sociedade contemporânea a função social da escola tem se constituído - mais do que nunca – em objetos de intensos debates por parte de educadores, gestores, pais, alunos, e segmentos organizados da sociedade civil.

Com isso as escolas, os governos e outras instâncias de gerenciamento do sistema educacional vêm revelando, significativa preocupação com a elaboração de seus projetos pedagógicos.

Portanto, apesar da relevância que essa preocupação expressa, percebe-se que nem sempre tais iniciativas indicam uma preocupação clara de que as mudanças no setor educacional são dependentes, fundamentalmente, de vontade política dos grupos que fazem das questões educacionais o tema prioritário de suas discussões.

A importância e a necessidade de que a escola construa o seu projeto pedagógico têm sido enfatizadas com bastante frequência pela literatura pedagógica recente preocupada, sobretudo, com a democratização dos espaços escolares e a articulação da escola com os demais segmentos da sociedade.

Estudos como os de Gadotti, Veiga e Vasconcellos, dentre outros, têm apresentado interessantes contribuições nessa direção. Reconhecendo a relevância das reflexões desses autores e de outros, o presente trabalho voltar-se-á mais para o alcance do projeto pedagógico em relação ao trabalho escolar, considerando a necessidade de sua articulação com as estratégias de planejamento das atividades cotidianas da escola.

Veiga (1998, p. 1) afirma:

A escola é lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos. Nessa perspectiva, é fundamental que ela assuma suas responsabilidades, sem esperar que suas esferas administrativas superiores tomem essa iniciativa, mas que lhe dêem as condições necessárias para levá-la adiante. Para tanto, é importante que se fortaleçam as relações entre escola e sistema de ensino.

O Projeto Político Pedagógico deve ser esse instrumento que permite prever e traçar um plano de ensino pedagógico capaz de atender a realidade de cada escola.

Gadotti (2001, p. 34) enfatiza que: “nunca o discurso da autonomia, cidadania e participação no espaço escolar ganhou tanta força. [...] essa preocupação tem-se traduzido, sobretudo pela reivindicação de um projeto político-pedagógico próprio de cada escola.”

O projeto pedagógico deve retratar o cotidiano da escola e da prática real dos sujeitos do processo educativo, fazendo uma análise das características organizacionais da escola, identificando a realidade inserida. Desse modo, os movimentos de elaboração do PPP devem dialogar permanentemente com esse cotidiano e nele intervir, transformando-o.

O planejamento das práticas educativas e sua efetivação em sala de aula tem sido alvo de estudos e pesquisas. O ato de planejar é considerado como a atitude que precede a ação. Segundo Vasconcellos (2002, p. 41) planejar “é antecipar mentalmente uma ação ou um conjunto de ações a ser realizadas e agir de acordo com o previsto [...] agir em função daquilo que se pensou.”

As pessoas planejam suas ações diariamente no sentido de tomar decisões. A partir daí, percebe-se que o planejamento não se restringe à vida social, mas principalmente como ato pedagógico no cotidiano escolar.

Vasconcellos (2002, p. 60) reforça, ainda:

O planejamento pauta-se na compreensão das finalidades do planejamento para provocar mudanças na realidade, ou seja, o planejamento como transformação da realidade, re-significação do trabalho, intencionalidade da ação, coerência nas práticas educativas, integrando e mobilizando o coletivo [...] para enfrentar conflitos e contradições.

A estruturação entre o planejamento de ensino e a articulação de sua prática em sala de aula trazem ações teórico-metodológico que fundamentam o processo de ensino e aprendizagem.

Conforme Vasconcellos (2002, p. 49) “planejar é elaborar um plano de mediação, da intervenção da realidade, aliado à exigência, decorrente de sua intencionalidade, de colocação deste plano em prática.”

Ao procurar articular tais demandas, o projeto pedagógico necessita escutar o que a prática dos sujeitos que o constroem tem a dizer, ao mesmo tempo em que deve amadurecer neles a ideia de que o princípio de autonomia implica o compromisso em decidir e assumir ações coletivas no âmbito escolar.

Esse trabalho sugere que sua elaboração fundamente-se em um referencial teórico consistente e respaldado na pesquisa constantes das práticas desenvolvidas pela escola, não se devendo abrir mão da participação coletiva nesse processo.

Com base no PPP da escola e a proposta curricular, o professor elabora um plano de ensino, com ênfase nas competências e habilidades a serem desenvolvidas, os conteúdos e as metodologias, os recursos e os critérios de avaliação; além dos referenciais utilizados em um semestre ou anual.

Em consonância com o plano de ensino elabora-se o plano de aula que, segundo Vasconcellos (2002, p. 55), “corresponde ao nível de maior detalhamento e objetividade do processo de planejamento didático.” Ou seja, o professor consegue descrever passo a passo a maneira de problematizar os conteúdos, as atividades, os recursos didáticos e o tempo necessário para o alcance das competências e habilidades propostas.

É importante que, ao invés de trabalharem com propostas concebidas a priori, as escolas privilegiem o que é produzido pelos seus grupos, potencializando a criatividade daqueles que irão viabilizar o seu trabalho.

A implementação do Projeto Político Pedagógico pode, por sua vez, levar a instituição escolar a solidificar sua identidade, transformando-se em um espaço necessário à construção da cidadania.

Vasconcellos (1995, p. 52) ressalta a relevância na participação coletiva, ao informar:

[...] mais importante que ter um texto bem elaborado, é construirmos o envolvimento e o crescimento das pessoas, principalmente dos educadores, no processo de construção do projeto, através de uma participação efetiva naquilo que é essencial na instituição. Que o planejamento seja do grupo e não para o grupo. Como sabemos, o problema maior não está tanto em se fazer uma mudança, mas em sustentá-la. Daí a essencialidade da participação!

Essa posição conduz ao entendimento de que, dentre os vários desafios atualmente enfrentados pela escola para construir e administrar o seu projeto pedagógico, está aquele que chama nossa atenção para reduzi-lo à perspectiva de mera elaboração de documentos para cumprir ordens.

Destarte, não pode ser concebido como um simples documento para ser “guardado na gaveta”, ele necessita de constantes revisões e avaliações pelos vários segmentos da escola, a fim de assegurar sua dinamicidade em relação aos desafios permanentemente apresentados ao trabalho pedagógico.

Conforme afirma Veiga (1998, p. 1):

O projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de plano de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do

cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Por outro lado, a LDB – Lei nº 9.394/96 – apresenta cinco eixos importantes que devem orientar o trabalho da escola: flexibilidade, autonomia, responsabilidade, planejamento e participação, os quais devem ser considerados na construção do projeto pedagógico da escola. Desses princípios, particularmente a flexibilidade merece destaque, à medida que pode ser percebida em duas direções:

A descentralização das competências que visa a desburocratização dos processos de gestão da educação (artigos 9º, 10, 11, 16 e 17).

A autonomia das instituições que se volta para o fortalecimento de cada escola, considerando-se práticas cotidianas dos seus atores.

Ao configurar-se à luz dos eixos mencionados acima, o projeto pedagógico corresponde a um posicionamento da escola frente ao horizonte e às possibilidades que ela pode alcançar, a partir do envolvimento dos seus atores. Obviamente, indagações e dúvidas podem aparecer nesse caminhar, instalando, muitas vezes, o conflito em torno de concepções que estão em luta no cotidiano escolar.

Em síntese a construção do projeto pedagógico deve-se vincular ao desejo da comunidade de ver explícita pela escola uma proposta capaz de indicar as intenções políticas e pedagógicas que fundamentam suas práticas.

Desse modo, o projeto pedagógico precisa partir da realidade de cada escola, uma vez que não há escolas iguais, mas instituições educativas que se constroem a partir de dinâmicas específicas.

Cabe ressaltar que os diversos atores que compõem a escola precisam ter a clareza de que a necessidade de um projeto político pedagógico antecede qualquer decisão política ou determinação legal, visto que todos os envolvidos nas práticas escolares devem ter o conhecimento de onde querem chegar com seus alunos.

Veiga (1998, p. 2) afirma:

Para que a construção do projeto político-pedagógico seja possível não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, ou mobilizá-los de forma espontânea, mas propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente.

Apesar de a gestão democrática ser recomendada pelo poder público - enfatizado pela Constituição Federal Brasileira de 1988 e consolidada na Lei nº 9.394/96 (LDB) – esta

determinação legal, por si só não garante uma escola de qualidade e democrática. Esse fato mostra a necessidade de serem empreendidos esforços para a construção de uma escola realmente democrática.

Segundo Gadotti (1997, p. 41), “Considerando-se que a escola não tem um fim em si mesma, mas está a serviço da comunidade, ao perseguir a gestão democrática, essa instituição está prestando um serviço também a comunidade que a mantém.”

A própria Constituição Federal aponta o tema **autonomia** – ao falar em “democracia participativa” – e a Lei nº 9.394/96 reafirma essa posição ao defender um sistema de ensino descentralizado que mesmo municipalizado, não deve perder a sintonia com as esferas estaduais e federais.

Essa autonomia da escola é mais do que defendida pela LDB, é decretada à medida que a referida lei determina que cada escola deve construir coletivamente a sua proposta de trabalho.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina que os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de “elaborar e executar sua proposta pedagógica” (art. 12, inciso I), devendo “articular-se com a famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” (inciso VI).

Em relação à incumbência dos docentes na construção o projeto pedagógico, o Artigo 13 da mesma lei estabelece:

Art. 13. [...]

I- participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
II- elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

[...]

VI- colaborar com as atividades de articulação com as famílias e a comunidade.

A respeito da forma como as escolas e os profissionais da educação cumprirão tais responsabilidades, os Artigos 14 e 15 da LDB apresentam as seguintes determinações:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais do direito financeiro público.

Entretanto, mesmo a LDB oficializando as tarefas das escolas e dos docentes em relação à construção do Projeto Político Pedagógico é preciso que os vários segmentos da escola não percam de vista a dimensão coletiva dessa proposta pedagógica.

Portanto, de uma autonomia decretada é necessário fazer surgir uma autonomia construída - a partir do diálogo (muitas vezes conflitivo) e necessário, produzido pelos diversos grupos que participam da organização do trabalho pedagógico.

Ao procurar construir sua autonomia, a instituição de ensino enfrenta inúmeras dificuldades, tanto de caráter burocrático, outras de caráter pedagógicas e ainda outras de natureza histórica.

Gadotti (1997, p. 36) analisa essas limitações, ressaltando-as como obstáculos à instauração de um processo democrático como elemento básico à construção do projeto pedagógico. A esse respeito, o referido autor destaca as seguintes limitações:

- a nossa pouca experiência democrática;
- a mentalidade que atribui aos técnicos e apenas a eles a capacidade de planejar e governar e que considera o povo incapaz de exercer o governo ou de participar de um planejamento coletivo em todas as suas fases;
- a própria estrutura do nosso sistema educacional que é vertical;
- o autoritarismo que impregnou nossa prática educacional;
- o tipo de liderança que, tradicionalmente, domina nossa atividade política no campo educacional.

Portanto, apesar dessas limitações nos espaços escolares, é preciso buscar avanço visando superá-las. Por isso, ao construir sua própria autonomia, a escola pode não apenas desenvolver práticas de resistência, como também criar espaços de transformação, procurando articulá-las com o contexto mais amplo em que se processam as relações pedagógicas.

A autonomia da escola deve ser construída a partir do seu Projeto Político Pedagógico, no qual contribui para o exercício da democratização dos espaços públicos. Essa democratização ocorre, na medida em que cada um dos atores escolares passa a perceber a contribuição do seu trabalho para o processo de ensino-aprendizagem do educando.

Essa constatação sugere que o corpo discente não pode ser encarado apenas como o beneficiário da ação da construção do projeto pedagógico, mas também como participante de sua elaboração.

A partir do que é definido pelos artigos 12, 13, 14 e 15 anteriormente citados, é possível constatar que a LDB identifica a escola como um importante espaço educativo, reconhecendo nos seus profissionais de educação uma competência técnica e política, que os habilita a elaborar e contribuir com o Projeto Político Pedagógico de sua instituição. A partir

dessa prática, os atores da escola definem os rumos que a mesma deve tomar, visando melhor cumprir sua função social, à medida que buscam construir a sua autonomia.

A autonomia construída pela escola deve visar ao crescimento dos espaços de suas decisões, o que tem se configurado nos últimos anos, como, exemplo, a eleição direta para diretores e vices-diretores e a criação de instâncias colegiadas com funções decisórias e de fiscalização.

A discussão do conceito de autonomia no contexto escolar pressupõe também uma reflexão acerca do papel que a instituição assume a partir do que é proposto pela Lei nº 9.394/96. Na LDB, o papel da escola é redimensionado à medida que a Lei passa a ser o centro das atenções das políticas educacionais mais gerais, o que pode levar ao fortalecimento de sua autonomia.

É importante ressaltar, que muitas vezes, o conceito de autonomia é encarado equivocadamente, como independência e isolamento, levando a ideia de que o indivíduo que a busca assume um poder completo e contrário ao controle exercido por outros sujeitos e grupos.

Desse modo, um indivíduo autônomo seria aquele que não dependesse dos outros sujeitos e organizações. Infelizmente, essa perspectiva distorce o conceito de autonomia, a medida que o homem deve ser considerado “intrinsecamente como um ser de relação”.

A autonomia precisa ser construída e não decretada, o que pressupõe a autonomia dos sujeitos que a constroem. Assim, a autonomia ao ser construída não se esgota em decreto, mas avança a partir das aberturas que a legislação apresenta, consolidando-se nas práticas cotidianas que a escola gera.

A escola precisa pensar acerca das possibilidades de construir uma autonomia própria que emergja das práticas e da reflexão dessa mesma prática por parte dos atores que as produzem.

Para Veiga (1998, p. 2):

O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

A Escola Pública deve se qualificar cada vez mais para a construção coletiva do seu Projeto Político Pedagógico, pois ele traduz a Escola (finalidades) a partir das necessidades que lhe são colocadas. Desse modo, o PPP não deve está pronto, mas sempre em construção.

O trabalho pedagógico deve compreender as atividades teórico-práticas desenvolvidas pelos profissionais da educação para a realização do processo educativo escolar. Essa organização no âmbito escolar deve ser democrática e fundamentar-se na construção coletiva do PPP para a elaboração, implementação e acompanhamento do mesmo.

A organização do trabalho escolar é constituída pelo conselho escolar, equipe diretiva, conselho de classe, equipe pedagógica, equipe docente, equipe técnico-administrativa, assistente, além da comunidade escolar.

A equipe pedagógica é responsável pela coordenação, implantação e implementação no estabelecimento de ensino das Diretrizes Curriculares definidas no PPP em consonância com a política educacional e orientações emanadas pela Secretaria de Estado de Educação.

Por meio dessa prática, é possível compartilhar os saberes, as dificuldades, as experiências, estudos de temáticas inerentes ao contexto escolar, em espaços destinados ao planejamento, tendo em vista a re-significação das práticas educativas.

Destarte, o professor pode vivenciar o seu planejamento como fonte de oportunidade de reflexão e avaliação do seu fazer pedagógico, os quais exigem conhecimento teórico e adaptação do que foi planejado em face aos objetivos propostos.

Vasconcellos (2002, p. 61) reforça: “[...] o planejamento é apenas um instrumento teórico-metodológico. Poderoso, mas instrumento. Portanto, depende de sujeitos que o assumam tanto na elaboração quanto na realização.”

Libâneo (2004, p.263) leciona:

Uma escola bem organizada e gerida é aquela que cria e assegura as melhores condições organizacionais, operacionais e pedagógico-didáticas de desempenho profissional dos professores, de modo que seus alunos tenham efetivas possibilidades de serem bem-sucedidas em suas aprendizagens.

A escola, enquanto instituição social, desempenha uma função ampla e legitimada historicamente, que lhe confere autoridade moral e intelectual para dedicar-se à formação das novas gerações. Essa formação implica conteúdos e também valores que promovam a integração da sociedade.

2.1 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

No sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *projectu*, participípio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Plano, intento, desígnio. Empresa, empreendimento. (FERREIRA, 1975 apud VEIGA, 1998).

A Proposta Pedagógica ou Projeto Político-Pedagógico é um instrumento de caráter geral, que apresenta as finalidades, concepções e diretrizes do funcionamento da escola, a partir das quais se originam todas as outras ações escolares.

É importante ressaltar que não há um padrão de proposta pedagógica que atenda todas as escolas. Cada Unidade Escolar está inserida num contexto próprio, determinado por suas condições materiais e pelo conjunto das relações que se estabelecem em seu interior e entorno social.

Portanto, cada escola deve desenvolver o seu modelo, aquele que melhor expressa sua identidade e seu compromisso com o aluno, com a comunidade, com a educação. Importante assegurar que a proposta, seja, de fato uma construção coletiva, com a participação de todos os envolvidos (alunos, pais, professores, funcionários, representantes da comunidade etc.). Somente assim, ficará enriquecida com a diversidade de experiências, conhecimentos e proposições, tendo maior probabilidade de envolvimento do grupo na sua execução.

De modo a ficar enriquecida com a diversidade de experiências, conhecimentos e proposições, tendo maior probabilidade de envolvimento do grupo na sua execução. É necessário também, definir as prioridades e a partir daí, estabelecer as metas de curto, médio e longo prazo.

Veiga (1998, p. 1) explicita:

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito com um compromisso definido coletivamente. Por isso, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos majoritários. É político no sentido, no compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.

A construção coletiva do PPP representa um desafio para seus idealizadores e estabelece decisão política, em busca do fortalecimento da cidadania, em favor das gerações emergentes.

Consoante Veiga (2001 p.11), o projeto político pedagógico deve apresentar as seguintes características:

- ser processo participativo de decisões;
- preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições;
- explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo;
- conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica;
- explicitar o compromisso com a formação do cidadão;
- nascer da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem;
- ser exequível e prever condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação;
- ser uma ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola;
- ser construído continuamente, pois como produto, é também processo.

Construído contando com a participação coletiva, todo e qualquer projeto pedagógico realmente democrático precisa selecionar alternativas também democráticas de organização e funcionamento do espaço escolar.

Projeto pedagógico, segundo Vasconcellos (1995, p. 143):

[...] é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da instituição.

Em sua concepção e ao longo do seu processo de construção e avaliação permanentes, o PPP possui uma intencionalidade explícita, visto que ele deve partir da discussão coletiva dos problemas da escola e da busca de solução para os mesmos, a partir do compartilhamento de ações pelos vários segmentos escolares.

O Projeto Político Pedagógico da escola precisa ser entendido como uma proposta capaz de situar-se num horizonte de possibilidades, a partir de respostas a perguntas tais como: “que educação se quer, que tipo de cidadão se deseja e para que projeto de sociedade?”(GADOTTI, 1994, p. 33).

Todos os autores reforçam a ideia de que a proposta pedagógica da escola deve retratar a realidade, estabelecendo uma diretriz. É um instrumento de caráter geral, que apresenta as finalidades, concepções e diretrizes do funcionamento da escola, a partir das quais se originam todas as outras ações escolares.

Gadotti (2001, p. 56) reforça:

Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola.

Considerando essa ideia, a elaboração coletiva do projeto pedagógico recupera procedimentos de planejamento, diferenciando-se desse à medida que enfatiza o processo democrático de análise da realidade e de tomada de decisões.

Todo o projeto pedagógico deve partir de um diagnóstico da escola, de tal forma a revelar os aspectos positivos e aqueles que requerem mudanças. Um ideário que revele concepções de homem, de sociedade, de educação e da função social da escola; que embasarão todas as ações de todos os segmentos da escola.

2.2 DESAFIOS DO COTIDIANO, PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E SUA INFLUÊNCIA COM O PLANEJAMENTO DO PROFESSOR

Normalmente o gestor se defronta com situações conflitantes e imprevisíveis que o impedem de seguir um planejamento definido. Ocorrem situações em o gestor participa de cursos sobre planejamento e elaboração do PPP, recebe até manuais sobre o plano de desenvolvimento da escola, mas fica envolvido em preencher papéis e permanece sem tempo de discutir sobre o trabalho a ser desenvolvido com o coletivo de sua escola.

Gadotti (2001, p. 64) enfatiza:

A autonomia e a gestão democrática da escola fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. A gestão democrática da escola é, portanto, uma exigência de seu projeto político pedagógico. Ela exige, em primeiro lugar, uma mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar. Mudança que implica deixar de lado o velho preconceito de que a escola pública é apenas um aparelho burocrático do Estado e não uma conquista da comunidade. A gestão democrática da escola implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam os seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou, menos ainda, os meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática pais, mães, alunas, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola.

Para superar e mudar essa realidade é importante identificar os desafios do cotidiano e utilizando estratégias que possibilitem a problematização, a busca e o compartilhamento de soluções, investigando a própria ação e o registro sistemático desse fazer; lembrando que o cotidiano possui situações conflitantes e que demandam decisões diariamente.

Muitas vezes, o projeto pedagógico pretende aproximar, por meio das relações vivenciadas na escola, do desejo de mudança, de vontade inovar que vai se mostrando na sala dos professores, nos horários vagos, nas conversas entre os professores e em outras situações parecidas.

É importante enfatizar que o cotidiano escolar deve se organizar em função da aprendizagem e do sucesso escolar dos estudantes, que se concretiza com base em diferentes bases educativas decorrentes da proposta curricular da escola.

Veiga (1998, p. 25) esclarece:

É preciso entender o projeto político-pedagógico da escola como uma reflexão de seu cotidiano. Para tanto, ela precisa de um tempo razoável de reflexão e ação, para se ter um mínimo necessário à consolidação de sua proposta. A construção do projeto político-pedagógico requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisão e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório.

Conforme já foi mencionado, o projeto político da escola deve se colocar à partir do cotidiano da escola e da prática real dos sujeitos do processo educativo. É preciso fazer uma análise das características organizacionais da escola, identificando as áreas críticas que inviabilizam o sucesso escolar dos alunos, assim como também as áreas que possuem um potencial a ser desenvolvido.

Podemos reconhecer a complexidade das relações de trabalho e a heterogeneidade dos sujeitos envolvidos. E é exatamente nesse contexto que temos a formação do coletivo como uma força capaz de articular os desejos de mudança e de promover a inovação pedagógica.

Em conformidade, declara Veiga (1998, p. 45):

O projeto político-pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nesta caminhada será importante ressaltar que o projeto político-pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade.

Ao discutimos sobre o processo de construção coletiva do projeto pedagógico é preciso não perder de vista que o processo de planejamento deve considerar a atividade prática/reflexiva dos sujeitos envolvidos, que precisam partir de sua prática social para transformá-la, por meio de uma ação consciente e intencional.

O planejamento busca no real as contradições, levantando hipóteses e desmitificando o senso comum, tendo em vista a resolução dos problemas, procurando reduzir a distância entre

o real e o ideal, considerando o percurso histórico dos sujeitos envolvidos e o contexto em que a escola está inserida. A escola deve articular o que já vem fazendo no dia a dia com o processo de construção projeto pedagógico.

A elaboração do projeto pedagógico deve recuperar os procedimentos de planejamento, diferenciando-se desse á medida que enfatiza o processo democrático de análise da realidade e de tomada de decisões.

O projeto pedagógico e o processo de planejamento devem se integrar em um mesmo movimento, no sentido da construção da identidade da escola e da busca de uma ação organizada que pretende transformar a escola.

Estamos acostumados a buscar ou receber modelos de planejamento, mas não aprendemos o significado do planejar, o qual deveria ser construído no contexto da ação. O contexto da ação não é fato isolado, mas implica a interação dos diversos sujeitos envolvidos.

Para Padilha (2001, p. 45):

Planejamento é processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, visando ao melhor funcionamento de empresas, instituições, setores de trabalho, organizações grupais e outras atividades humanas. O ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão da ação; processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações.

O projeto pedagógico deve implicar no planejamento da ação cotidiana, da prática educativa, devendo estar encarnado nas relações educativas e não resultar numa mera encadernação a ser apresentada.

Os profissionais da educação necessitam desenvolver o processo de acompanhamento e avaliação dos planos de ação definidos coletivamente. Para que isso ocorra é necessário um processo permanente de levantamento e análise de informações relativas ao desenvolvimento das ações previstas de modo a serem feitas os reajustes necessários durante o processo.

Esse acompanhamento permite a sistematização e socialização de informações para que os diferentes sujeitos do fazer educativo possam rever suas posições, propor novas intervenções e tomar novas decisões.

Tal preocupação da escola, possibilita uma negociação e avaliação permanente da prática pedagógica de forma articulada à função social da escola, consubstanciada nas políticas públicas.

O projeto político pedagógico elaborado possibilita, de fato, a inclusão social ou apenas defende a qualidade de ensino sem enfrentar o problema de exclusão social. Nessa

perspectiva, o grande desafio a ser enfrentado pela escola refere-se à possibilidade de inclusão do aluno no cotidiano da escola com intervenções adequadas que garantam a esse aluno uma formação de qualidade.

Caso não enfrente esse desafio, a escola estará apenas homogeneizando, sem dialogar com o outro, sem possibilitar uma real integração entre os diversos segmentos que a compõem.

Sobre o tema, ganha força a tese da necessidade de elaboração coletiva do projeto pedagógico. Com isso, o projeto deixa de ser apenas a formalização das intenções do grupo de trabalho para ser o próprio instrumento de formação em serviço, possibilitando um ambiente colaborativo de aprendizagem permanente.

Cabe ressaltar, que a participação e a construção de uma educação que tenha a cara da nossa realidade e dos nossos sonhos não é apenas resultado de leis. É fruto também do nosso compromisso com um projeto de sociedade, de educação e de nossa ação concreta no dia a dia, na escola e no contexto das políticas educacionais.

É importante ressaltar a ideia de que qualquer projeto de escola deve sempre partir do já existente, daquilo que já é instituído em suas práticas cotidianas. Nesse movimento dinâmico, a construção do projeto pedagógico caracteriza-se por reconfigurações constantes rumo ao instituinte, ao novo que a escola pode produzir, estimulando o engajamento dos seus vários segmentos. Esse movimento contribui para que a escola avance do nível da autonomia decretada pela legislação educacional (Lei nº 9.394/96) para uma outra – a autonomia construída.

A elaboração do projeto pedagógico da escola pressupõe, portanto, a construção de uma nova realidade que supere o presente e considere as possibilidades do vir a existir, sugerindo a dimensão de utopia, essa última entendida como algo que ainda não existe, mas que, a partir do engajamento dos indivíduos, poderá concretizar-se.

É nesse sentido que o projeto supõe rupturas com o presente e compromissos com o futuro, bem como riscos para quem o produz, tal qual pondera Gadotti (1994, p. 579):

Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se a atravessar um período de instabilidade e buscar nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor que o presente.

A construção do projeto pedagógico deve considerar, portanto, o desafio de articular as singularidades da escola que o produziu às políticas públicas mais amplas. A reflexão coletiva da escola em torno do seu projeto pedagógico é extremamente necessária a fim de

que exista um compromisso de todos a respeito dos princípios que vão orientar o trabalho escolar, considerando sua especificidade.

O projeto pedagógico constitui-se em um instrumento valioso de mediação entre as ansiedades, desejos e intenções dos sujeitos escolares e o planejamento concreto de suas ações cotidianas.

Nesse sentido, o planejamento da escola necessita ser compatibilizado com as concepções e linhas mais amplas definidas no referido projeto, a fim de que as práticas desenvolvidas pelos atores escolares não assumam um caráter fragmentado e disperso, dificultando, assim, a reflexão coletiva acerca dos problemas da escola e, conseqüentemente, a busca de solução para os mesmos.

Cabe lembrar que o projeto pedagógico, concebido, executado e avaliado sempre na perspectiva coletiva, pode vir a constituir-se na ferramenta por excelência para a escola construir sua autonomia, a partir da (re)significação de suas práticas.

A escola é ambiente de compartilhamento de ideias, de conhecimento e de relações interpessoais. A organização escolar, quando percebida como uma comunidade democrática de aprendizagem, se torna um lugar onde se compartilham valores e culturas significativos, por meio do trabalho coletivo e de reflexão conjunta.

Gadotti (2001, p. 49) afirma que:

[...] a implantação de um novo projeto político- pedagógico da escola enfrentará sempre a descrença generalizada dos que pensam de quenada adianta projetar uma boa escola enquanto não houver vontade política dos “de cima”. Contudo, o pensamento e a prática dos “de cima” não se modificarão enquanto não existir pressão dos “de baixo”. Um projeto político-pedagógico da escola deve constituir-se num verdadeiro processo de conscientização e de formação cívica; deve ser um processo de recuperação da importância e da necessidade do planejamento na educação.

Toda organização necessita de interação entre as pessoas. A escola, também por ser um espaço essencialmente pedagógico, deve assumir uma identidade própria, unindo e auxiliando todos os membros da equipe escolar. Isto é realmente necessário para que se possa conseguir exercer uma gestão democrática e participativa.

O gestor educacional deve assumir uma postura aberta ao diálogo, atuando como mediador e compartilhando ideias. Por meio de uma gestão cooperativa, deve estimular os membros da instituição a trabalhar seus potenciais. A tonalidade emocional de toda organização emana do líder. O entusiasmo e a motivação facilitam a direção aos objetivos almejados.

A valorização do profissional de educação é qualidade básica para aprimorar a qualidade do ensino e para êxito da aprendizagem dos alunos, discorre Libâneo (2003, p. 90):

O senso de profissionalismo, obviamente, está em baixa. Profissionalismo significa compromisso com o projeto político democrático, participação na construção coletiva do projeto pedagógico, dedicação ao trabalho de ensinar a todos, preparação de aulas, etc. É difícil aos professores assumirem os requisitos profissionais e éticos da profissão com os baixos salários, com a preparação profissional deficiente, com a baixa auto-estima que vai tomando conta da sua personalidade. Além disso, estão ausentes programas de formação continuada em serviço e, quando existem, são inadequados, não motivam os professores, não se traduzem em mudanças na sala de aula. Cai seu interesse pela auto-formação, pela busca de ampliação de cultura geral (que não é realimentada por falta de dinheiro, falta de tempo, falta de motivação), rebaixa seu nível de expectativa em relação aos aspectos de seu desenvolvimento pessoal e profissional. As escolas não conseguem se organizar para assegurar um ambiente de trabalho formativo.

Quando o profissional percebe que seu trabalho está sendo valorizado por meio de remuneração justa, plano de carreira e condições mais adequadas de trabalho, especialmente quanto ao tempo para o estudo e elaboração das aulas, conseguirá desenvolver um trabalho mais harmônico e produtivo.

Um aspecto relevante está diretamente ligado à formação continuada dos docentes para o exercício da prática pedagógica e transformação da mesma. Essa formação deve ser encarada como um processo construído no cotidiano da escola de forma constante e contínua.

O desenvolvimento profissional deve ser repensado também como o aprimoramento pessoal e organizacional. No que diz respeito ao pessoal, também está intrínseca a reflexão sobre suas práticas e o que pode ser mudado. No que se refere ao desenvolvimento organizacional, mencionam-se as formas de gestão que estão sendo desenvolvidas e discernidas em relação à missão da escola.

2.3A CONSTRUÇÃO COLETIVA DA PROPOSTA PEDAGÓGICA NUMA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

A Instituição de Ensino deve ser o lugar onde o saber acontece. Um saber que prepara os alunos para a vida e que os educa para exercer a cidadania. Desse modo, as ações necessitam estar voltadas para a motivação dos estudantes e a definição das características da clientela.

A proposta pedagógica da escola é uma formação de ideias de transformação compartilhada, que supõe compromisso com a modernidade e tem por objetivo envolver todos os atores desse processo numa construção coletiva, em busca de excelência em educação, a partir de valores, percepções, princípios e crenças presentes na realidade daquele determinado grupo e que leve em consideração o futuro do cidadão e da sociedade.

Aquela aula retórica, onde o professor era o centro de todo o processo e dono do conhecimento, é modelo de escola burocrática e obsoleta. Ensinar era meramente transmitir conhecimento e aprender era decorrência da autoridade e do domínio da matéria do docente.

É imprescindível que as escolas mudem o seu paradigma e aquela visão conservadora, para se submeterem a uma reciclagem constante, redefinindo assim sua missão e atuando de forma mais adequada ao seu verdadeiro papel na sociedade.

Que esta esteja apta e disposta a realizar uma autocrítica e redefinir suas práticas pedagógicas, confrontando-as com os desafios do mundo moderno; que deixem de ser só comprometidas com o ensino enquanto processo, para se comprometerem efetivamente com a aprendizagem de seus educandos.

A construção coletiva da proposta pedagógica de uma instituição, além de representar um desafio para seus idealizadores, estabelece decisão política das mais relevantes que um grupo de educadores poderia tomar, para adotar um ajuste do fortalecimento da cidadania, em favor das gerações emergentes.

Uma proposta pedagógica estabelece uma diretriz, um acordo coletivo e precioso instrumento de ato educacional, que tem por objetivo especificar a disposição do trabalho pedagógico da escola como um todo. É também conhecida como proposta de consolidação de uma filosofia educacional e de agrupamento de educadores, sendo examinado no seu interior, no adequado dinamismo de sua atuação coletiva.

De acordo com Libâneo(2003, p.336):

A presença da comunidade na escola, especialmente dos pais, tem várias implicações. Prioritariamente, eles e os outros participam do conselho da escola, da associação de pais e mestres (ou organizações correlatas), para preparar o pedagógico e acompanhar e avaliar a qualidade dos serviços prestados.

Autonomia, flexibilização para os afazeres educacionais e participação da comunidade na administração da educação constituem aspectos de caráter prático da nova lei. A Nova LDB convida a comunidade, principalmente pais, professores e comunidade escolar, a participar da preparação da proposta pedagógica e do acompanhamento do aprendizado escolar.

Trata-se de um projeto enérgico, porque nasce da agitação de idéias. É um trabalho pedagógico arquitetado e vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos do processo educativo da escola.

É possível concluir que a elaboração do projeto pedagógico passa, conseqüentemente, pela cogitação coletiva dos princípios básicos que baseiam as definições: da intenção da escola, da estrutura organizacional, das relações de trabalho, da relação professor/aluno, dos procedimentos de decisão, do tempo escolar, da organização dos alunos, dos conteúdos curriculares, dos procedimentos didáticos, da linha metodológica da ação pedagógica, das estratégias de trabalho, das atividades culturais, do lazer, das atividades de convívio social e outros.

A proposta pedagógica assim arquitetada contribuirá para o fortalecimento da escola e para construção de sua identidade e de sua autonomia. Os princípios filosóficos proclamados pelo conjunto de ideias orientarão a organização e o funcionamento da escola definindo seu perfil; preocupando-se com a formação integral do aluno.

3 METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS

A pesquisa é um conjunto de ações com o intuito de adquirir novos conhecimentos em uma determinada área, com o objetivo de contribuir para o avanço da ciência e para o desenvolvimento social.

Para Demo (2001 apud LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 21):

Pesquisa é entendida tanto como procedimento de fabricação do conhecimento, quanto como procedimento de aprendizagem (princípio científico e educativo), sendo parte integrante de todo o processo reconstrutivo de conhecimento.

A pesquisa recorre a procedimentos científicos para encontrar respostas para o problema.

No pensamento de Lakatos e Marconi (2007, p.157), a pesquisa pode ser considerada “um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.” É procurar respostas e soluções para problemas, por meio do emprego de métodos científicos.

A metodologia escolhida para esta pesquisa, na abordagem do tema, foi a pesquisa qualitativa e foram escolhidos alguns autores como referência, visando fundamentar a temática apresentada, a partir das discussões propostas por Lakatos e Marconi (2007) e Zapeline e Zapeline (2013), dentre outros.

Consoante Malhotra (2001 apud ZAPELINI; ZAPELINE, 2013, p. 29):

A pesquisa qualitativa é uma metodologia não-estruturada, de caráter exploratório, que se baseia em pequenas amostras e permite melhor compreensão do contexto do problema. De forma geral, ela representa uma tentativa de conhecer com maior profundidade um problema ou fenômeno, buscando descrever-lhe as características e definindo-o melhor perante os olhos do pesquisador [...].

Esse tipo de pesquisa permite uma abordagem entre a teoria e a prática, buscando subsídios acerca das questões que norteiam o Projeto Político Pedagógico, sua construção e articulação com a prática do professor em sala de aula.

Além de ser uma pesquisa direcionada, ao longo do seu desenvolvimento e seu foco parte de uma perspectiva e por meio dela é possível obter dados descritivos, além de ter um contato direto e interativo do pesquisador com a situação real (objeto de estudo).

O ponto de partida foi a pesquisa bibliográfica que serviu de fonte para a pesquisa de campo. Esse tipo de pesquisa utiliza materiais já publicados e permite analisar e comparar as ideias de vários autores.

Segundo Cervo et al. (2007 apud ZAPELINE; ZAPELINE, 2013, p. 26):

Praticamente todos os projetos de pesquisa exigirão um levantamento bibliográfico para elaboração de conceitos e do marco teórico [...]. A pesquisa bibliográfica é um meio de formação de conhecimento e busca o domínio de um determinado tema, podendo inclusive ser produzida para um trabalho científico original.

A pesquisa foi realizada na Escola Classe 415 de Samambaia realidade de ensino em que atuo como professora de Atividades. O objetivo dessa pesquisa foi conscientizar os professores que os mesmos são peças determinantes para que os objetivos traçados no PPP sejam atingidos, visto que os profissionais de educação que atuam na instituição ainda desconheciam o seu real valor, dificultando o cumprimento das metas do PPP, para o ensino de qualidade, participação da família e envolvimento da comunidade.

O planejamento das práticas educativas e a efetivação em sala de aula têm sido alvo de discussões, estudos e pesquisas. No entanto, tal pesquisa contribuiu com a melhoria do fazer pedagógico, por meio do envolvimento do coordenador e professor na gestão de ensino e das ações pedagógicas

Foi uma pesquisa descritiva com levantamento de dados por meio de informações e análise sistemática de dados para a elaboração de relatório final.

Primeiramente foi feita uma entrevista com os coordenadores, gestores e professores. Em um segundo momento foi aplicado um questionário comum visando investigar a importância do Projeto Político Pedagógico para cada segmento e um específico para o diretor e vice, coordenadores e professores e por fim foi feita a observação, por meio da coleta de dados; com o propósito de investigar como o Projeto Político Pedagógico pode influenciar na prática do professor em sala de aula.

3.1 PASSOS DA PESQUISA

Primeiro Passo:

No primeiro momento foi feita uma pesquisa com o diretor e vice-diretor com perguntas relativas às funções desempenhadas.

Segundo Passo:

Em um segundo momento foi feito um contato direto com os coordenadores, por meio de uma conversa a fim de conhecer o contexto do Projeto Político Pedagógico e as estratégias que influenciavam no planejamento do professor.

Terceiro Passo:

Em um terceiro momento, foi realizada uma coletiva com os professores enfatizando a importância do Projeto Político Pedagógico. Foi apresentada a pesquisa com os questionários e levantado com o grupo quem estaria disposto a participar da mesma.

Essa entrevista estruturada foi sobre o conceito que os professores possuíam sobre o PPP, observando o processo de avaliação e analisando a relação que o PPP desempenhava no planejamento docente e no cotidiano da sala de aula. Os registros foram cuidadosamente analisados, estudados e catalogados.

Quarto passo:

Em um quarto momento foram apresentados os dados coletados na pesquisa, bem como discutido os resultados, a partir da importância da participação dos profissionais da educação na construção e execução do Projeto Político Pedagógico na Instituição de Ensino.

Esses indicadores foram importantes porque ajudaram a traçar um diagnóstico sobre a construção coletiva da proposta pedagógica da Escola Classe 415 e sua contribuição com o fazer pedagógico do professor.

A construção coletiva do PPP de uma instituição, além de representar um desafio para seus idealizadores, estabelece decisão política das mais relevantes que um grupo de idealizadores poderia tomar, para adotar um ajuste de fortalecimento de cidadania, em favor das gerações emergentes.

Foram aplicados os questionários para os professores da Escola Classe 415 de Samambaia no período de 07/05/2014 a 09/05/2014. Apesar de a Escola contar com trinta e três servidores, só participaram da pesquisa vinte profissionais da educação de segmentos diferentes da escola; sendo quinze professores regentes, três coordenadores e os dois gestores (diretor e vice).

É um número reduzido, porém apesar da mobilização feita por mim, muitos demonstraram resistência. Consegui atingir apenas os professores do turno em que trabalho ou os mais próximos de minha convivência.

Hoje em dia as pessoas têm medo de expor opiniões e anseios. E apesar da grande participação dos servidores da Instituição de Ensino na elaboração do PPP da Escola Classe 415, os mais novos de secretaria ou de contrato temporários preferiram não opinar ou participar, talvez por até desconhecer o teor realmente da proposta como um todo.

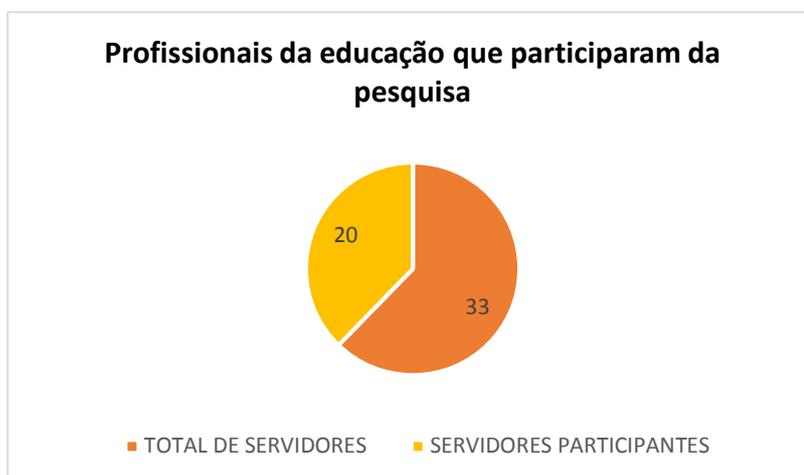


Gráfico 1 - Profissionais participantes da pesquisa

Fonte: a autora, 2014.

Todos os profissionais que participaram responderam um questionário geral com dados pessoais e profissionais para nível de conhecimento; a seguir serão apresentados os gráficos com as investigações.

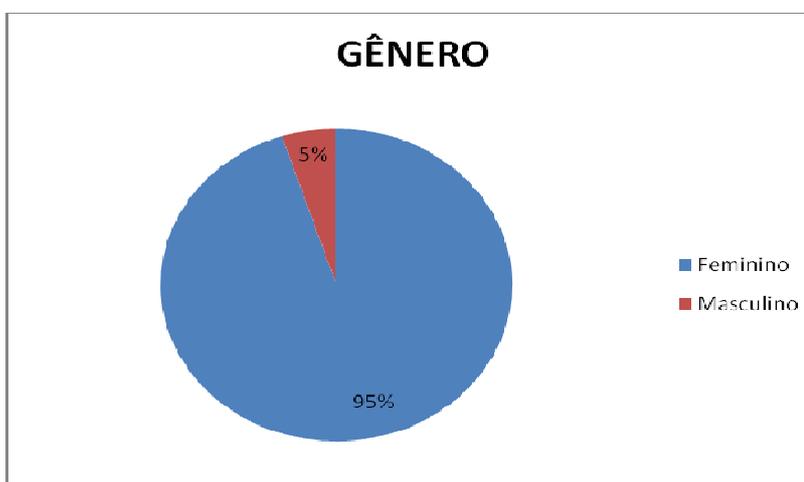


Gráfico 2 - Gênero dos servidores

Fonte: a autora, 2014.

A partir da análise do gráfico podemos perceber a forte presença feminina na Instituição de Ensino. Acredito que por ser um ensino público de Educação Básica as mulheres em sua maioria sempre predominam, exercendo atividades bem definidas na carreira de magistério.

Na Escola Classe 415 há apenas um professor do sexo masculino que ainda atua em uma classe de Ensino Especial. Acredito que a Escola sendo composta em sua maioria por professoras possibilita um grau de abertura para a livre participação dos membros no processo de decisão e promove a interação dessas informações e conhecimentos.

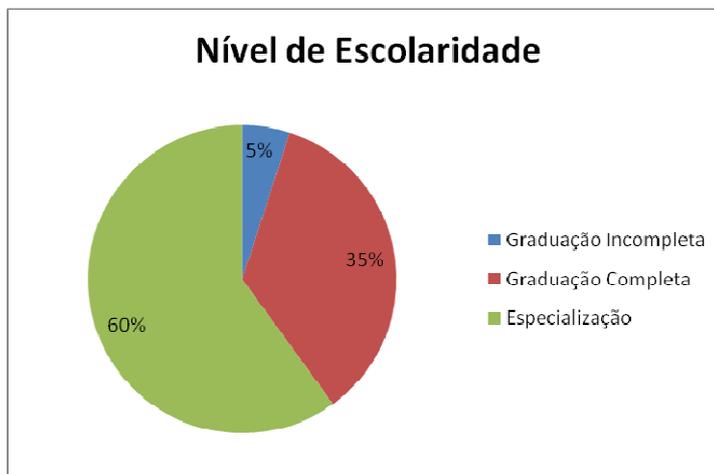


Gráfico 3 - Nível de escolaridade

Fonte: a autora, 2014.

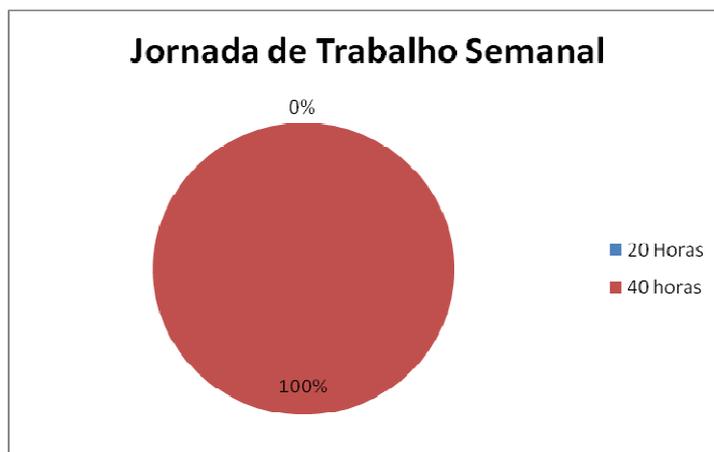


Gráfico 4 - Jornada de trabalho semanal

Fonte: a autora, 2014.

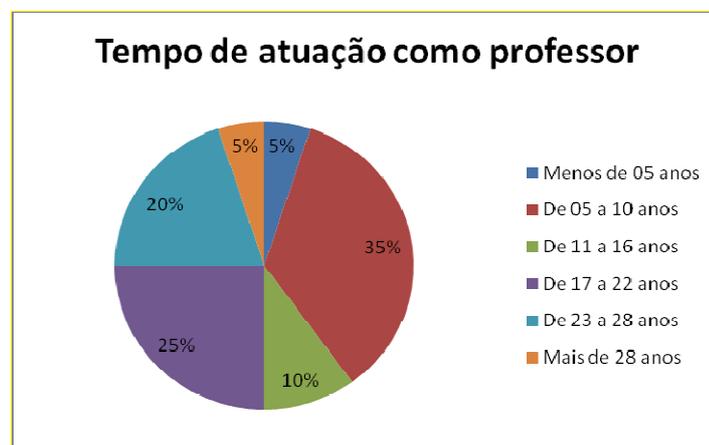


Gráfico 5 - Tempo de atuação como professor

Fonte: a autora, 2014.

A partir do gráfico percebe-se que metade dos professores possui menos de dezesseis anos de serviço na SEDF. Isso se deve ao fato de que a Escola é muito carente de infraestrutura, segurança, saúde e educação; além de ser um prédio de caráter provisório, realidade que ainda permanece nos dias atuais. Desse modo, a escola não atrai professores mais antigos e por ser uma realidade de professores com pouco e médio tempo de casa o trabalho tende a ser desenvolvido com menos resistência por parte dos educadores.

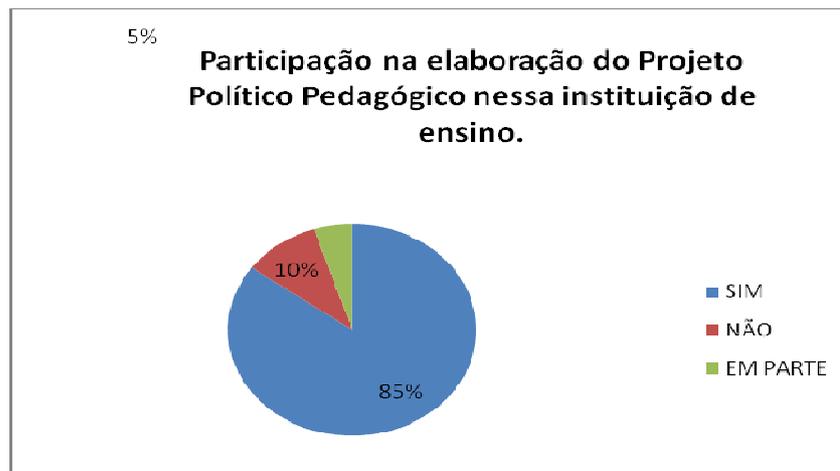


Gráfico 6 - Participação na elaboração do projeto
Fonte: a autora, 2014.

Percebe-se uma grande participação dos entrevistados na elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Classe 415. Nesse ano de 2014 a participação ficou mais efetiva devido à cobrança e incentivo da SEEDF e da Regional de Ensino na elaboração do mesmo por todos os membros da Escola.

Essa participação foi bastante eficaz, pois contribuiu para o fortalecimento de ações vinculadas ao embasamento de conhecimentos concretos sobre a escola e suas concepções (enquanto espaço social, cultural, observação, reflexão, conflitos, debates, fazer pedagógico, dinamicidade, entre outros aspectos).

Os gestores juntamente com os coordenadores procuraram construir o PPP de forma dinâmica e participativa com os professores atraindo o comprometimento e despertando novas iniciativas promovendo a motivação. Claro que houve momentos de discussões e debates, porém os profissionais puderam evidenciar suas necessidades e angústias.



Gráfico 7 - A proposta da instituição prepara o indivíduo para a cidadania
Fonte: a autora, 2014.

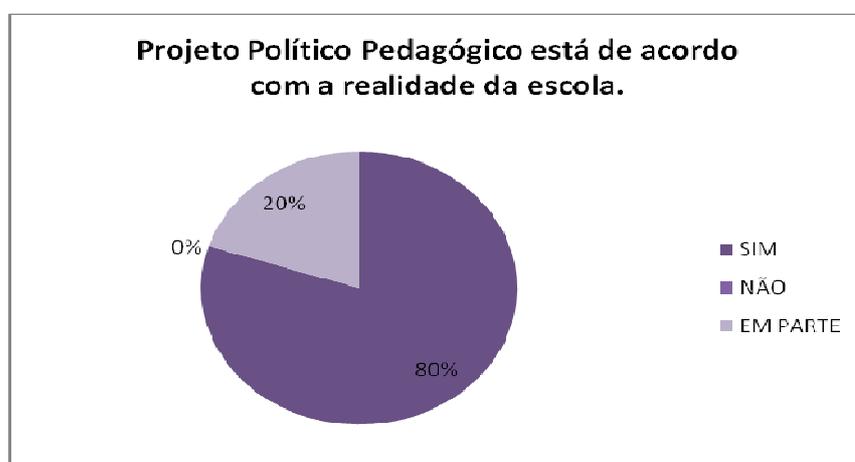


Gráfico 8 - Projeto Político Pedagógico está de acordo com a realidade da escola
Fonte: a autora, 2014.

Conforme já foi enfatizado o Projeto Político Pedagógico deve estar de acordo com a realidade da Escola. Acredito que o que falta é a participação mais efetiva dos pais e da comunidade.

A escola desde o ano passado vem desenvolvendo projetos para atrair a comunidade para dentro da Escola, pois existe dificuldades em a comunidade (pais, mães, responsáveis e familiares) participar das atividades que são desenvolvidas na escola.

Nesse ano de 2014 está sendo desenvolvido um projeto de música, no qual a cada bimestre é trabalhado um estilo musical e isso tem atraído os alunos, por ser um projeto que trabalha com a sua realidade. É claro que ainda há resistência por parte de alguns professores, porém o projeto está caminhando.



Gráfico 9 - Os projetos pedagógicos estão de acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola

Fonte: a autora, 2014.

Ao final do questionário foi colocado um espaço para o profissional de educação acrescentar crítica ou sugestão que considerar relevante, porém 85% dos entrevistados preferiram não relatar nada. E conforme já foi discutido anteriormente há uma certa resistência dos profissionais da educação em opinar ou relatar algo; acredito que essa certa abstenção tenha sido por esse motivo.

A minoria que escreveu reconhece a importância do Projeto Político Pedagógico e a necessidade da participação da comunidade escolar para a elaboração do mesmo. As escolas devem desenvolver projetos pedagógicos de acordo com a realidade da Proposta Pedagógica, visando um rendimento escolar dos alunos mais satisfatório e prática do professor com resultados positivos e eficazes.

Uma educadora enfatizou que o Projeto Político Pedagógico deveria ser elaborado no início do ano e não no decorrer do ano letivo. A partir dessa pesquisa ficou constatada a participação dos vários segmentos na elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Classe 415 de Samambaia.

Vale ressaltar, que a construção desse documento propõe novos caminhos para uma escola política e transformadora da realidade, buscando novos caminhos que envolvem o fazer pedagógico e as suas relações com o currículo, com o conhecimento, organização do tempo, gestão democrática, comunidade, entre outros, e nos remete a um pensar mais reflexivo e contínuo de todos os envolvidos no processo de alicerce educativo.

O planejamento participativo constitui-se numa estratégia de trabalho, que se caracteriza pela integração de todos os setores da atividade humana social, para a solução de problemas comuns.

De acordo com Cornely (1977, p. 37):

Constitui-se num processo político, num contínuo propósito coletivo, numa deliberada e amplamente discutida construção do futuro da comunidade, na qual participe o maior número possível de membros de todas as categorias que a constituem.

Cabe lembrar que o projeto pedagógico, concebido, executado e avaliado sempre na perspectiva do coletivo, constitui-se na ferramenta por excelência para a escola construir sua autonomia, a partir da (re) significação de suas práticas.

3.2 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COORDENADORES ESCOLAR

1. *Você como coordenador pedagógico orienta o professor a sistematizar o planejamento e a participar de momentos de formação continuada?*
Todos disseram que sim- 100%
2. *Você acompanha o trabalho pedagógico do professor desenvolvido em sala de aula?*
Todos disseram que sim- 100%
3. *Com que frequência vocês fazem reuniões pedagógicas com os seus professores?*
Todos disseram quinzenalmente- 100%
4. *Você realiza trabalho conjunto com os professores, no que diz respeito ao planejamento?*
Todos disseram que sim- 100%
5. *Você procura gerar esses espaços de ação-reflexão-ação rumo a uma prática pedagógica eficaz dos docentes dessa instituição de ensino?*
Todos disseram que sim- 100%
6. *Você tem o costume de discutir o currículo com os seus professores?*
Todos disseram que sim- 100%

7. *Você acha que o Projeto Político Pedagógico influencia na prática do professor e promove a aprendizagem dos alunos?*

Todos disseram que sim- 100%

Ao final foi proposto um espaço para algum comentário, porém ninguém quis acrescentar algo.

Conforme citado, os coordenadores estão participando ativamente da elaboração do Projeto Político Pedagógico, os mesmos estão engajados e empenhados buscando um melhor aprimoramento para o seu trabalho como coordenador da instituição de ensino.

Para tanto, a partir da pesquisa realizada foi constatada que o suporte e o acompanhamento pedagógico acontecem na figura do coordenador pedagógico em articulação com os professores regentes da Instituição de Ensino.

Nos momentos de coordenação pedagógica, há um cronograma a ser desenvolvido semanalmente. Para cada dia da semana, existe um planejamento sistematizado a ser seguido: coordenação por ano/série para estudo das Orientações Curriculares e planejamento das aulas; atendimento ao aluno com dificuldade de aprendizagem em reforço escolar; coordenação coletiva semanalmente com todo o grupo de docentes e equipe pedagógica; coordenação individual.

Essa mediação entre o coordenador pedagógico e o professor é muito importante, uma vez que por meio dessa efetivação do processo de ensino aprendizagem, o professor busca contextualizar a teoria-prática, e encontrar no fazer pedagógico objeto de reflexão e pesquisa numa perspectiva didático-metodológica.

Análise do questionário para os quinze professores regentes:

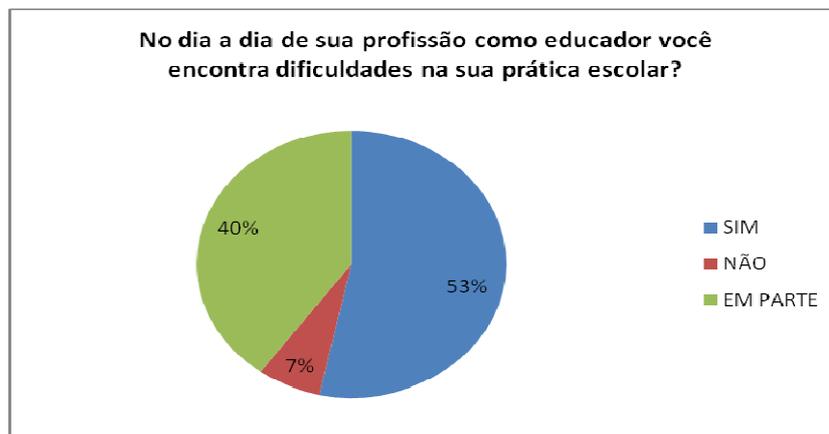


Gráfico 10 - No dia a dia de sua profissão como educador você encontra dificuldades na sua prática escolar?

Fonte: a autora, 2014.

8. *Você acha que o planejamento pode contribuir para a mudança na prática do cotidiano escolar?*

Todos disseram que sim- 100%

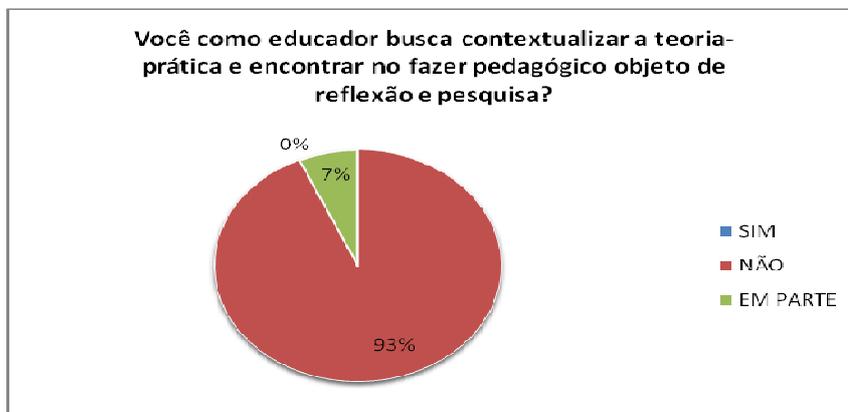


Gráfico 11 - Você como educador busca contextualizar a teoria-prática e encontrar no fazer pedagógico objeto de reflexão e pesquisa?

Fonte: a autora, 2014.



Gráfico 12 - Você acha que o planejamento pode influenciar na sua prática em sala de aula?

Fonte: a autora, 2014.

9. *Você acha importante a formação continuada para os educadores?*

Todos disseram que sim- 100%

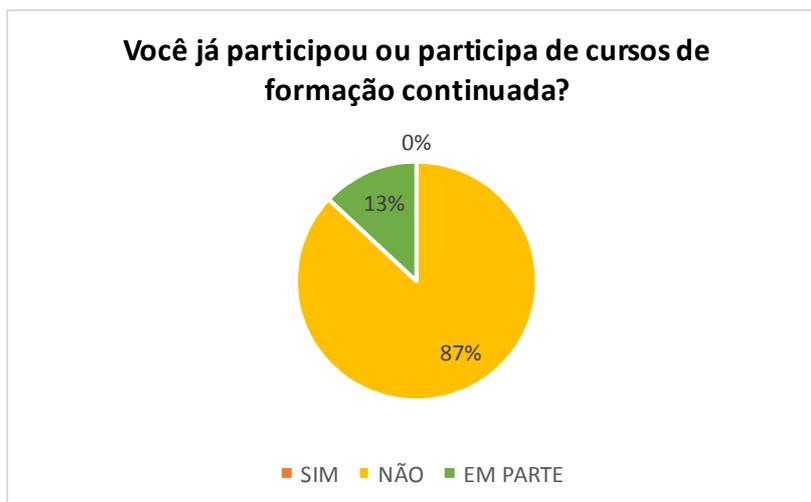


Gráfico 13 - Você já participou ou participa de cursos de formação continuada?
 Fonte: a autora, 2014.

10. Você tem o hábito de planejar as suas aulas?

Todos disseram que sim- 100%



Gráfico 14 - Você tem o costume de avaliar a sua prática pedagógica?
 Fonte: a autora, 2014.

Considerando que o ensino é o guia das situações de aprendizagem e que ajuda os estudantes a alcançarem os resultados desejados, a ação do professor avaliar a sua prática pedagógica é de suma importância para a eficiência da ação a ser desencadeada no âmbito escolar. Pelo significativo apoio que essa avaliação empresta à atividade do professor e alunos, é considerado uma etapa obrigatória no trabalho docente.



Gráfico 15 - Você acha que o currículo influencia em sua prática pedagógica?

Fonte: a autora, 2014.

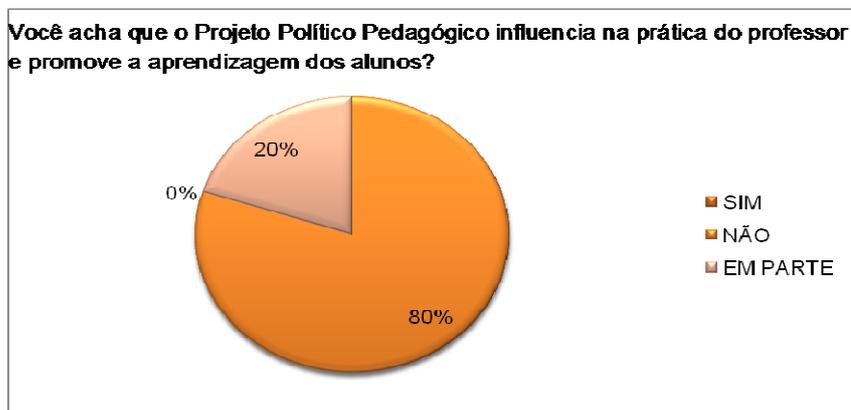


Gráfico 16 - Você acha que o Projeto Político Pedagógico influencia na prática do professor e promove a aprendizagem dos alunos?

Fonte: a autora, 2014.

Ao final foi proposto um espaço para a escrita de algo que o professor achasse relevante, porém 90% não acrescentaram nada. Os que escreveram ressaltaram a importância da comunidade e do conselho escolar em participar da elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico, considerando a realidade do aluno, reforçando ainda que o trabalho pedagógico deve ser coletivo, oportunizando riquezas nas atividades desenvolvidas.

Destacaram, também, a importância de uma Proposta Pedagógica bem elaborada e participativa, fazendo com que o trabalho do professor seja eficiente em sala de aula.

Portanto, destacam-se as palavras de Gadotti (2001, p. 34):

O projeto da escola depende, sobretudo, da ousadia dos seus agentes, da ousadia de cada escola em assumir-se como tal, partindo da “cara” que tem, com o seu cotidiano e o seu tempo-espaço, isto é, o contexto histórico em que ela se insere [...].

A partir da pesquisa ficou constatada que a maioria dos professores reconhece a importância do planejamento.

Por meio dessa prática de planejamento, é possível compartilhar os saberes, as dificuldades, as experiências, estudos de temáticas inerentes ao contexto escolar, em espaços destinados ao planejamento, tendo em vista a re-significação das práticas educativas.

Dessa forma, o professor vivencia o seu planejamento como fonte de oportunidade de reflexão e avaliação do seu fazer pedagógico, os quais exigem conhecimento teórico e adaptação do que foi planejado em face aos objetivos propostos.

Ao se pensar no processo de ensino em sala de aula, o ponto chave do sucesso do trabalho docente é o ato de planejar do professor. Essa prática envolve refletir sobre sua ação, pensar sobre o que planejou, desde o momento de preparação e vivência do que foi planejado, observando passo a passo, as etapas, as escolhas, os materiais didáticos necessários, e as possíveis situações de aprendizagem, num processo de idas e vindas que exige do docente reflexão e coerência.

Nesse sentido, eis a lição dada por Vasconcellos (2002, p. 64): “[...] o planejamento é apenas um Instrumento teórico-metodológico. Poderoso, mas instrumento. Portanto, depende de sujeitos que o assumam (tanto na elaboração quanto na realização).”

3.3 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES ESCOLAR

1. *Vocês acham que o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico está sendo bem divulgado e que mecanismos estão sendo adotados para assegurar a participação de todos os representantes da comunidade escolar?*

Todos disseram em parte- 100%

2. *Os pais são envolvidos nas decisões relativas à melhoria da escola, a fim de que sua participação contribua para o desempenho dos alunos?*

Todos disseram em parte- 100%

3. *A proposta tem uma construção coletiva com a participação ativa dos alunos, pais, professores, funcionários e representantes da comunidade?*

Todos disseram em parte- 100%

4. *Vocês procuram inserir a comunidade no contexto escolar?*

Todos disseram que sim- 100%

5. *Vocês estão trazendo a comunidade para participar das atividades que são desenvolvidas na escola?*

Um gestor disse que sim e outro em parte.

6. *A escola vislumbra a formação do cidadão crítico capaz de exercer seus direitos e deveres?*

Todos disseram sim- 100%

A partir da análise da pesquisa foi constatada a pouca participação da comunidade escolar na elaboração e execução da Proposta Pedagógica da escola. Portanto, cabe ao gestor educacional ter clareza quanto aos caminhos que pretende construir de modo a se criar condições para que a participação seja mais ampliada e efetivo possível, tanto nos processos de decisão quanto na organização dos trabalhos nas instituições e nos sistemas educativos.

Destarte, mesmo que se encontrem dificuldades e diversidades, a participação é o meio mais democrático para uma educação responsável. Saber encontrar caminhos para lidar com inúmeros participantes possibilitará que a participação seja mais concreta e justa.

Pode-se dizer que a gestão democrática é conseguir a participação de todos os setores da escola: educadores, alunos, funcionários e pais nas decisões a respeito de seus objetivos e de seu funcionamento, tendo como foco primordial levar os educandos a se apropriarem de um saber historicamente acumulado para que desenvolvam uma consciência crítica e contribuam para uma verdadeira transformação social.

Também no campo da gestão da educação e da escola o tema da participação tem se colocado com maior força.

Veiga (1998, p. 67) chama atenção para a centralidade que tal tema tem assumido na organização do campo educacional, ainda que com os diferentes contornos que lhe têm sido atribuídos:

A ideia de gestão contém a concepção da coordenação e de participação. A participação constitui um dos componentes indispensáveis da gestão, particularmente quando ela é fruto de quadro de atores, quando ela é da sua atuação responsável, a diversidade de formas de participação e a intensidade com que ela é exercida, correspondem ao grau de identificação e de comprometimento dos integrantes com a missão e o projeto da instituição. A solidariedade e a reciprocidade e o compromisso são valores que justificam a participação no processo de gestão.

Vale ressaltar que a fase de preparação é decisiva para o sucesso de elaboração da Proposta Pedagógica, pois é nessa etapa que se buscará assegurar o engajamento dos diversos segmentos da comunidade escolar. A divulgação é uma fase em que tem por objetivo chegar ao conhecimento de toda comunidade interna e externa que a escola estará se organizando para a definição de uma Proposta Pedagógica e deseja ouvi-los, com o intuito de atender aos seus anseios e aspirações.

E a mobilização da comunidade tem por objetivo arregimentar o maior número possível para a elaboração da proposta, que poderão ser distribuídas em diversas equipes, quais sejam: de levantamento de dados, de avaliação, de redação, etc. Todos os segmentos e órgãos colegiados da escola deverão ser contemplados: professores, profissionais que atua na escola, associação de pais, representantes da comunidade e outros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no Projeto Político Pedagógico da escola e a proposta curricular, o professor elabora o plano de ensino, com ênfase nas habilidades a serem desenvolvidas, os conteúdos e as metodologias, os recursos, os critérios de avaliação e os referenciais que serão utilizados em um período semestral ou anual.

Em consonância com o plano de ensino elabora-se o plano de aula, que segundo Vasconcellos (2002, p. 148), “corresponde ao nível de maior detalhamento e objetividade do processo de planejamento didático.” Ou seja, o professor descreve passo a passo a maneira de problematizar os conteúdos, quais as atividades, os recursos didático-pedagógicos, o tempo necessário para o alcance das competências e habilidades elencadas.

Além de dar uma atenção ao plano global da instituição: o PPP – Projeto Político Pedagógico que é também um produto do planejamento. A sua construção deve envolver e articular todos os que participam da realidade escolar: corpo docente, discente e comunidade, visando sempre o ensino aprendizagem do educando.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico é um processo bastante dinâmico, que deve ser criteriosamente sistematizado, a fim de que as informações não se percam e se chegue ao produto final, que é o documento com o teor da proposta.

Por sua vez o acompanhamento pelo coordenador pedagógico do trabalho desenvolvido em sala de aula, deve ir além da orientação técnica em relação à docência. A visão a cerca da prática precisa ser mais ampla no sentido de perceber os anseios, as dificuldades e possibilidades de mudanças adequadas ao processo de ensino aprendizagem.

De acordo com Geglio (2003, p.118) é necessário que o coordenador pedagógico:

[...] concretize sua ação no acompanhamento das atividades dos professores em sala de aula, pois isto lhe dá oportunidade de discutir e analisar os problemas decorrentes desse contexto com uma perspectiva diferenciada e abrangente. É ele quem, num espírito de parceria e coletividade, conduz o processo, participa, discute, ouve, orienta, propõe, informa, assume e partilha responsabilidades com os professores.

Nessa perspectiva, o coordenador pedagógico precisa atuar como agente formador dos docentes, articulando a formação continuada em serviço, onde o docente poderá refletir e relacionar a teoria-prática, com o processo de ensino aprendizagem, e realizar possíveis intervenções em prol da aprendizagem.

Esse espaço de formação pode acontecer durante o planejamento e ou, em reuniões como sugere Vasconcellos (2002, p.162):

As reuniões pedagógicas semanais são espaços necessários e privilegiados para a reflexão crítica e coletiva sobre a prática de sala de aula e da escola, bem como para o replanejamento. A partir dessa reflexão surge a necessidade de estudo, que é feito, então, tendo um significado, na medida em que corresponde a um problema colocado pela realidade.

Pensar a qualidade social da educação implica assegurar um processo pedagógico pautado pela eficiência e efetividade social, de modo a contribuir com a melhoria da aprendizagem dos educandos em articulação à melhoria das condições de vida e de formação da população.

De acordo com os pressupostos teóricos do Currículo em Movimento (2014, p. 24):

Na sociedade atual a escola é chamada a desempenhar, intensivamente, um conjunto de funções diversas. Além da função de instruir e avaliar, a escola tem de orientar (pedagógica, vocacional e socialmente), de cuidar e acolher crianças e jovens em complementaridade com a família, de se relacionar ativamente com a comunidade, de gerir e adaptar currículos, de coordenar um grande número de atividades, de organizar e gerir recursos e informações educativas, de autogerir e se administrar, de auto avaliar, de ajudar a formar seus próprios docentes, de avaliar projetos e de abordar a importância da formação ao longo de toda a vida. Essa multiplicidade de funções, algumas questionáveis e questionadas, incorpora à escola responsabilidades que não eram vistas como tipicamente escolares, mas que, se não estiverem garantidas, podem inviabilizar o trabalho pedagógico.

Vale ressaltar que por maior complexidade que envolva a organização da escola é indispensável ter sempre bem presente que a interação professor-aluno é o suporte estrutural, cuja dinâmica concretiza ao fenômeno educativo. Portanto, o planejamento de ensino deve ser alicerçado neste pressuposto básico.

O professor, ao planejar o trabalho, deve estar familiarizado com o que pode pôr em prática, de maneira que possa selecionar o que é melhor, adaptando tudo isso às necessidades e interesses de seus alunos.

Na maioria das situações, o professor dependerá de seus próprios recursos para elaborar seus planos de trabalho. Por isso, deverá estar bem informado de requisitos técnicos para que possa planejar, independentemente, sem dificuldades.

Ainda temos a considerar que as condições de trabalho diferem de escola para escola, tendo sempre que adaptar seus projetos às circunstâncias e exigências do meio.

Considerando que o ensino é o guia das situações de aprendizagem e que ajuda os estudantes a alcançarem os resultados desejados, a ação de planejá-lo é predominantemente importante para incrementar a eficiência da ação a ser desencadeada no âmbito escolar.

Pelo significativo apoio que o planejamento empresta à atividade do professor e alunos, é considerada etapa obrigatória de todo o trabalho docente.

O planejamento tende a prevenir as vacilações do professor, oferecendo maior segurança na consecução dos objetivos previstos, bem como na verificação da qualidade do ensino que está sendo orientado pelo mestre e pela escola.

A escola não trabalha para si mesma. Educar, em seu verdadeiro sentido é buscar dar um sentido ao conhecimento e inspirar projetos. Mais do que aquilo que fala, a escola ensina aquilo que faz. O espírito participativo despertado nas relações dos próprios profissionais incentiva os alunos a efetivarem uma prática colaborativa e participativa.

A educação não é uma tarefa para indivíduos isolados, e sim para uma equipe em ação. Ainda que haja habilidades e competências em um profissional de uma determinada escola, suas ações individuais não irão caracterizar a sintonia da escola.

A sintonia entre professor e aluno, entre família e escola engrandece o trabalho e favorece a aprendizagem. O trabalho educacional necessita da participação de todos os envolvidos.

Conforme observamos a partir dos gráficos houve um certo envolvimento das pessoas no PPP, porém foram participações unilaterais de atividades consideradas, muitas vezes, isoladas. Algumas pessoas consideram essas ações como uma participação efetiva no trabalho.

A participação realmente efetiva sugere comprometimento em relação aos objetivos. Exige de todos uma visão compartilhada, e os objetivos são construídos a partir daí, dentro do próprio grupo, considerando os objetivos pessoais de cada pessoa.

As ações participativas pressupõem integração, comunicação, integridade mútua e consideração pelas pessoas.

Para Freitas e Giirling (1999, p. 30-31), os cenários na escola mudam quando existem:

[...] o tipo de liderança exercida pelo gestor educacional e a capacidade da comunidade escolar de atuar de modo participativo e autônomo, envolvendo-se com o planejamento, a execução e a avaliação de todas as ações da escola, tanto do ponto de vista administrativo-financeiro quanto pedagógico.

Em uma Instituição de Ensino as ideias devem atender à comunidade permanentemente, promover a integração escola-comunidade-família, efetivar um planejamento participativo para a elaboração do Projeto Político Pedagógico e do currículo, promovendo lideranças democráticas.

A escola que todos desejam não deve ser uma utopia, mas a realidade democrática e de qualidade, organizada para atender a todos, que valorize a história e a cultura da humanidade e que possibilite uma gestão democrática e participativa.

Todo o trabalho da escola deve estar centrado nas necessidades dos alunos e a partir de uma realidade concreta. A proposta pedagógica da escola deve envolver toda a comunidade em sua construção, implementação e gestão. Todos devem estar integrados no processo compartilhando os ideais e comprometidos com os objetivos comuns.

Os subsistemas da escola devem participar do planejamento das atividades nos aspectos administrativo, pedagógico, político e ético; conscientizando-se de que somente a prática participativa pode provocar mudanças significativas, trazendo bons resultados para a escola.

REFERÊNCIAS

BRASÍLIA. Secretaria de Educação do Distrito Federal. **Proposta Política Pedagógica:** Escola Classe 415 de Samambaia. Brasília: MEC/SEDF, 2013.

CORNELY, S. A. **Subsídios sobre o planejamento participativo** - Participação comunitária. São Paulo: Enplasa, 1977.

GADOTTI, M. **Pressupostos do projeto político-pedagógico** - O projeto político-pedagógico da escola. Brasília: MEC/SEF, 1994.

_____; FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Pedagogia: diálogo e conflito**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____; ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**, 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. 4. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez, 2001.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

_____. **Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. 10. ed. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA I. P.; RESENDE, L. M. G. (Orgs.). **Escola: espaço do projeto político- pedagógico**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 2001.

_____. **Projeto político-pedagógico da escola uma construção possível**. 13. ed. Campinas: Papyrus, 2001.

_____. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. (Org.). **Projeto político-pedagógico: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 1998.

_____; RESENDE, L. M. G. (Orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 2002.

ZAPELINE, M. B.; ZAPELINE, S. M. K. C. **Metodologia Científica e da Pesquisa da Fean**. Florianópolis, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO GERAL

Essa pesquisa tem por objetivo analisar a importância do Projeto Político Pedagógico para uma escola e como ele pode ser um instrumento que promova a aprendizagem dos alunos, formando cidadãos críticos e transformadores da sociedade.

DADOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS

1. Gênero:
 Feminino Masculino

2. Qual o seu maior nível de escolaridade?
 ensino médio
 graduação incompleta
 graduação completa
 especialização
 mestrado
 doutorado

3. Qual a sua jornada de trabalho semanal (em qualquer local de trabalho)?
 menos de 20 h
 20 h
 40 h
 60 h
 mais 60 h

4. Há quanto tempo você atua como professor(a)?
 menos de anos
 de 5 a 10 anos
 de 11 a 16 anos
 de 17 a 22 anos
 de 23 a 28 anos
 mais de 28 anos

5. Você já participou da elaboração do Projeto Político Pedagógico nessa instituição de ensino?
 SIM NÃO EM PARTE

6. Você acha que proposta da escola é capaz de preparar o indivíduo para a cidadania?
 SIM NÃO EM PARTE

7. Você acha que o Projeto Político Pedagógico está de acordo com a realidade da escola?
() SIM () NÃO () EM PARTE
8. Você acha que os projetos pedagógicos estão de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola?
() SIM () NÃO () EM PARTE

Use esse espaço para acrescentar alguma informação, crítica ou sugestão que considerar relevante:

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA GESTORES

1. Vocês acham que o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico está sendo bem divulgado e que mecanismos estão sendo adotados para assegurar a participação de todos os representantes da comunidade escolar?
 SIM NÃO EM PARTE

2. Os pais são envolvidos nas decisões relativas à melhoria da escola, a fim de que sua participação contribua para o desempenho dos alunos?
 SIM NÃO EM PARTE

3. A proposta tem uma construção coletiva com a participação ativa dos alunos, pais, professores, funcionários e representantes da comunidade?
 SIM NÃO EM PARTE

4. Vocês procuram inserir a comunidade no contexto escolar?
 SIM NÃO EM PARTE

5. Vocês estão trazendo a comunidade para participar das atividades que são desenvolvidas na escola?
 SIM NÃO EM PARTE

6. A escola vislumbra a formação do cidadão crítico capaz de exercer seus direitos e deveres?
 SIM NÃO EM PARTE

Use esse espaço para acrescentar alguma informação, crítica ou sugestão que considerar relevante:

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIOS PARA COORDENADORES

1. Você como coordenador pedagógico orienta o professor a sistematizar o planejamento e a participar de momentos de formação continuada?
 SIM NÃO EM PARTE

2. Você acompanha o trabalho pedagógico do professor desenvolvido em sala de aula?
 SIM NÃO EM PARTE

3. Com que frequência vocês fazem reuniões pedagógicas com os seus professores?
 1 vez por semana
 quinzenalmente
 1 vez por mês

4. Você realiza trabalho conjunto com os professores, no que diz respeito ao planejamento?
 SIM NÃO EM PARTE

5. Você procura gerar esses espaços de ação-reflexão-ação rumo a uma prática pedagógica eficaz dos docentes dessa instituição de ensino?
 SIM NÃO EM PARTE

6. Você tem o costume de discutir o currículo com os seus professores?
 SIM NÃO EM PARTE

7. Você acha que o Projeto Político Pedagógico influencia na prática do professor e promove a aprendizagem dos alunos?
 SIM NÃO EM PARTE

Use esse espaço para acrescentar alguma informação, crítica ou sugestão que considerar relevante:

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

1. No dia a dia de sua profissão como educador você encontra dificuldades na sua prática escolar?
 SIM NÃO EM PARTE
2. Você acha que o planejamento pode contribuir para a mudança na prática do cotidiano escolar?
 SIM NÃO EM PARTE
3. Você como educador busca contextualizar a teoria-prática e encontrar no fazer pedagógico objeto de reflexão e pesquisa?
 SIM NÃO EM PARTE
4. Você acha que o planejamento pode influenciar na sua prática em sala de aula?
 SIM NÃO EM PARTE
5. Você acha importante a formação continuada para os educadores?
 SIM NÃO EM PARTE
6. Você já participou ou participa de cursos de formação continuada?
 SIM NÃO EM PARTE
7. Você tem o hábito de planejar as suas aulas?
 SIM NÃO EM PARTE
8. Você tem o costume de avaliar a sua prática pedagógica?
 SIM NÃO EM PARTE
9. Você acha que o currículo influencia em sua prática pedagógica?
 SIM NÃO EM PARTE
10. Você acha que o Projeto Político Pedagógico influencia na prática do professor e promove a aprendizagem dos alunos?
 SIM NÃO EM PARTE

Use esse espaço para acrescentar alguma informação, crítica ou sugestão que considerar relevante:
